



**CONTRATO Nº DLE-002-2020-001**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO POR EMERGENCIA N. 002-2020.**

Contrato da dispensa Nº DLE-002/2020-001. Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino-Ma, com sede na Rua Constantino Georgiano Rabelo, S/N, Centro, Presidente Juscelino-Ma, CEP: 65.140-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.003.891/0001-16, neste ato representada pelo Sr. José Magno dos Santos Teixeira Prefeito Municipal, brasileiro, casado, portador do CPF nº 614.084.882-87, através da portaria nº 005/2017, doravante denominada GERENCIADOR e a empresa W.SEREJO E MUNIZ LTDA, com sede e endereço na Rua Princesa Margarida, quadra 44, nº 01, CEP: 65.110-000, Bairro Vila Kiola II-São Luís-MA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.043.776/0001-17, neste Ato Representada Pelo Sr.Wesley Serejo Moreno, brasileiro, casado, farmacêutico, residente na rua Nestablo Ramos, nº 11, quadra 28, Bairro Cohab Anil IV, São Luís-MA, portador do RG 103381198-7 SSP/MA e CPF n.º 003.567.843-71, têm, entre si, ajustado o presente CONTRATO Nº DLE-002-2020-001, decorrente da Dispensa de Licitação por Emergencia nº 002/2020, submetendo-se às cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos pela Lei Federal nº 8.666/1993, e demais normas regulamentares pertinentes à espécie.

**Cláusula Primeira – DO OBJETO:**

1.1 A presente licitação objetiva à Fornecimento de Material de Consumo, material de EPI, para enfrentamento do (COVID-19), em apoio às atividades da Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino - Ma, conforme detalhamento que consta na Planilha de Quantidades e Preços (Anexo I), parte integrante deste Contrato.

**Cláusula Segunda – DO FUNDAMENTO LEGAL:**

2.1. Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Dispensa de Licitação por Emergencia DLE Nº 002-2020 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/1993 e pelos preceitos de direito público.

**Cláusula Terceira – DO VALOR CONTRATUAL:**

3.1. Pelo fornecimento do objeto ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o valor global de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), conforme descrição abaixo:

3.2. Os preços a serem pagos pela Contratada serão os registrados.

**Cláusula Quarta – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS:**

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos recursos específicos, classificados conforme abaixo especificado para o exercício de 2020. :

06 12 Fundo Municipal de Saúde; 10 Saúde; 10 302 0013 2.165 combate ao vírus covid-19 hospitalar e ;  
3.3.90.30.00 material de consumo

**Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA:**

5.1. O Contrato terá vigência, a partir da data de sua assinatura, até 31 de dezembro de 2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO  
CNPJ: 06.003.891/0001-16



**CONTRATO Nº DLE-002-2020-001**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO POR EMERGENCIA N. 002-2020.**

Contrato da dispensa Nº DLE-002/2020-001. Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino-Ma, com sede na Rua Constantino Georgiano Rabelo, S/N, Centro, Presidente Juscelino-Ma, CEP: 65.140-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.003.891/0001-16, neste ato representada pelo Sr. José Magno dos Santos Teixeira Prefeito Municipal, brasileiro, casado, portador do CPF nº 614.084.882-87, através da portaria nº 005/2017, doravante denominada GERENCIADOR e a empresa W.SEREJO E MUNIZ LTDA, com sede e endereço na Rua Princesa Margarida, quadra 44, nº 01, CEP: 65.110-000, Bairro Vila Kiola II-São Luís-MA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.043.776//0001-17, neste Ato Representada Pelo Sr. Wesley Serejo Moreno, brasileiro, casado, farmacêutico, residente na rua Nestablo Ramos, nº 11, quadra 28, Bairro Cohab Anil IV, São Luís-MA, portador do RG 103381198-7 SSP/MA e CPF n.º 003.567.843-71, têm, entre si, ajustado o presente **CONTRATO Nº DLE-002-2020-001**, decorrente da Dispensa de Licitação por Emergencia nº **002/2020**, submetendo-se às cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos pela Lei Federal nº 8.666/1993, e demais normas regulamentares pertinentes à espécie.

**Cláusula Primeira – DO OBJETO:**

1.1 A presente licitação objetiva à Fornecimento de Material de Consumo, material de EPI, para enfrentamento do (COVID-19), em apoio às atividades da Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino - Ma, conforme detalhamento que consta na Planilha de Quantidades e Preços (Anexo I), parte integrante deste Contrato.

**Cláusula Segunda – DO FUNDAMENTO LEGAL:**

2.1. Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Dispensa de Licitação por Emergencia DLE Nº 002-2020 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/1993 e pelos preceitos de direito público.

**Cláusula Terceira – DO VALOR CONTRATUAL:**

3.1. Pelo fornecimento do objeto ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o valor global de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), conforme descrição abaixo:

3.2. Os preços a serem pagos pela Contratada serão os registrados.

**Cláusula Quarta – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS:**

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos recursos específicos, classificados conforme abaixo especificado para o exercício de 2020. :

02 12 Fundo Municipal De Saúde; 10 Saúde; 10 302 Assistencia Hospitalar e Ambulatorial; 10.302.0055 Gestão das Ações de Saúde; 10 302 0055 2065 0000 Manutenção da Média e Alta Complexidade Municipal; 4.4.90.52.00 Equipamento e Material Permanente

**Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA:**

5.1. O Contrato terá vigência, a partir da data de sua assinatura, até 31 de dezembro de 2020.



**Cláusula Sexta – DA EXECUÇÃO DO OBJETO, PRAZOS E LOCAL DA ENTREGA:**

**6.1.** O objeto deste contrato deverá ser entregue pela CONTRATADA, no endereço da Unidade de Atendimento, indicado na Ordem de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Saúde.

**6.1.1.** O prazo de entrega poderá ser prorrogado, a critério da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, desde que a empresa contratada formalize o pedido por escrito e fundamentado em motivos de caso fortuito, sujeições imprevistas e/ou de força maior.

**6.2.** Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma a seguir, observado o que for pertinente:

**6.3.** O recebimento das aquisições/compras/fornecimentos será feito mediante recibo.

**6.4.** A Secretaria Municipal de Saúde se obriga a informar qualquer mudança de endereço, dos acima citados, ressaltando que todas as unidades estão localizadas no município de Presidente Juscelino-MA. Os materiais deverão ser novos e entregues em suas embalagens originais, contendo marca, fabricante, procedência e validade.

**6.5.** Quando for o caso, os materiais ofertados deverão possuir garantia contra problemas e/ou defeitos de fabricação. Caso algum produto apresente defeito de fabricação, quando em uso no decorrer do prazo de validade, o fornecedor deverá efetuar a troca do mesmo em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Juscelino- MA.

**6.6.** Os materiais deverão ter prazo de validade mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega.

**6.7.** Os materiais deverão ser entregues sem nenhuma violação das embalagens, obedecendo às especificações técnicas pertinentes e se obriga a providenciar às suas expensas CIF, a substituição de qualquer parte do material no prazo de 15 (quinze) dias, no endereço indicado no momento do pedido de fornecimento pela SEMUS, desde que:

- a) Não atenda às especificações do Edital;
- b) Seja recusada pela Comissão de Recebimento da SEMUS;
- c) Apresente falta quando da sua utilização.

**6.8.** No caso de não serem tomadas providencias dentro de 30 (trinta) dias da solicitação para substituição mencionada no item acima, a Secretaria Municipal de Saúde poderá adotar as medidas que julgar necessárias, por conta e risco da firma vencedora, sem prejuízo de outros direitos que lhes caibam.

**6.9.** Em caso de devolução do material por estar em desacordo com as especificações licitadas, todas as despesas correrão por conta da CONTRATADA.

**6.10.** A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) informar o dia e hora da entrega dos materiais, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

**6.11.** A CONTRATADA deverá proceder protocolo de entrega do objeto ao responsável designado pela Secretaria Municipal de Saúde, como forma de controle, defendo apresentar o referido protocolo com a Nota Fiscal e demais documentos no momento da solicitação de pagamento da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO  
CNPJ: 06.003.891/0001-16



6.12. O fornecimento será realizado após a requisição da Secretaria Municipal de Saúde, sendo que o objeto deste, será pedido conforme necessidade da Secretaria, de acordo com a solicitação dos setores responsáveis.

6.13. A cada Ordem de Fornecimento, fica estipulado o prazo de imediato a 15 (quinze) dias para a entrega do objeto.

6.14. Se, a qualquer tempo, durante a execução do Contrato, ocorrer eventos que impeça o fornecimento dentro do prazo, a contratada deverá notificar previamente a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, por escrito, do motivo da demora, sua provável duração e sua(s) causa(s). Logo após o recebimento do aviso da contratada, a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS deverá avaliara a situação e poderá, a seu critério, prorrogar o prazo estabelecido.

6.15. Caberá ao Coordenador do Almojarifado rejeitar totalmente ou em parte qualquer item que apresentem avarias de qualquer natureza, vícios de qualidade decorrentes de fabricação ou de transporte inadequado, bem como, diferente das especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Contrato e na Proposta de Preços da CONTRATADA.

6.16. Nos preços deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguro, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

6.17. Ressalvado o disposto no item 19, se a Contratada descumprir qualquer prazo contratual, a Secretaria Municipal de Saúde, poderá, sem prejuízo de outras medidas previstas no Contrato, ou na Lei nº 8.666/93, deduzir o preço contratual, a título de multa, o valor equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do preço do material a ser fornecido por dia de atraso, até que a entrega dos materiais seja cumprida, respeitando o limite de 10% (dez por cento) do valor contratual do fornecimento, quando a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS deverá rescindir o Contrato, aplicando à Contratada a pena de suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com o município.

**Cláusula Sétima – DO PAGAMENTO:**

7.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da data de protocolização e aceitação pelo Contratante da Nota Fiscal / Fatura correspondente, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento.

7.2. O pagamento será efetuado, após a comprovação de que a CONTRATADA está rigorosamente em dia com as obrigações perante o sistema de Seguridade Social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débitos com a Previdência Social, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e FGTS, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da entrega da NOTA FISCAL ELETRÔNICA, emitida conforme Protocolo nº 085/2010, aprovado pelo CONFAZ – CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA, obrigatoriamente acompanhada do DANFE (DOCUMENTO AUXILIAR DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA), devidamente atestada pelo setor cometente. Será verificada também sua regularidade com os Tributos Federais, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com Efeito de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO  
CNPJ: 06.003.891/0001-16



7.4. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

7.5. Para efeito de liberação do pagamento, a regularidade jurídica e fiscal deverá ser comprovada pelos documentos hábeis e outros documentos que possam ser considerados pertinentes pelo Gestor do Contrato.

7.6. As notas, para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deste contrato, deverão conter obrigatoriamente a data do abastecimento, o número da placa do veículo, o número de litros, o valor unitário e o valor total.

7.7. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no item 7.1 acima, passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.8. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto perdurar pendência correspondente ou em virtude de penalidade ou inadimplência.

7.9. Previamente a cada pagamento à **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** realizará consulta as certidões mencionada no item 19.1 para verificar a manutenção das condições de habilitação.

7.10. Constatada a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, a mesma será notificada por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado para, num prazo exequível fixado pela **CONTRATANTE**, regularizar situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de anulação da contratação/rescisão contratual.

7.11. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado a critério da **CONTRATANTE**.

7.12. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SEMUS reserva-se o direito do não pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

**Cláusula Oitava – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DESTE INSTRUMENTO:**

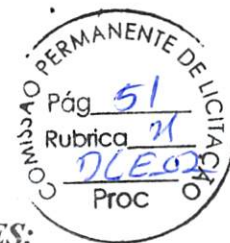
8.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro deste Instrumento, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

**Cláusula Nona – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

9.1. O objeto deste Instrumento gerado pela presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Decima – DO GERENCIAMENTO:**

10.1. A Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino- MA indicará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização e gerenciamento durante o fornecimento dos materiais.



**Cláusula Décima Primeira – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

11.1. Constitui direito de a Contratante receber o objeto deste Instrumento nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

11.1.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

11.1.1.1. São de exclusiva conta e responsabilidade da Contratada, além das previstas em lei e nas normas aplicáveis, as obrigações que se seguem:

11.1.1.2. Arcar com todos os encargos decorrentes da execução deste contrato, tais como, obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

11.1.1.3. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir os termos previstos no presente contrato e a responder todas as consultas feitas pela **CONTRATANTE** no que se refere ao atendimento do objeto.

11.1.1.4. Fornecer os materiais no prazo, conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, contados a partir da Ordem de Fornecimento, expedida pela Contratante, observadas as respectivas quantidades, qualidade e preços;

11.1.1.5. Substituir os materiais reprovados ou impróprios para o uso a que se destinam, no recebimento provisório, por estarem em desacordo com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência ou com a Proposta de Preços, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, constados a partir da respectiva notificação.

11.1.1.6. Substituir os materiais em que se verificarem vícios redibitórios após a assinatura dos ateste que formalizar o recebimento definitivo, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da constatação do vício e às suas expensas, a critério da Contratante;

11.1.1.7. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato;

11.1.1.8. Identificar seu pessoal no atendimento de entrega dos materiais;

11.1.1.9. Designar preposto para resolver todos os assuntos relativos à execução deste Contrato, indicando seus endereços físico e eletrônico (e-mail), telefone, celular e fac-símiles;

11.1.1.10. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

11.1.1.11. Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.1.12. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

11.1.1.13. A **CONTRATADA** ficará sujeita às cláusulas contratuais estabelecidas neste instrumento.

11.1.1.14. A **CONTRATADA** ficará sujeita às normas da Lei Federal nº 8.666/93.





11.1.1.15. A **CONTRATADA** ficará obrigada a manter, durante o contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

11.1.1.16. A **CONTRATADA** obriga-se a atender ao objeto deste contrato de acordo com as especificações e critérios estabelecidos no Edital de licitação e seu Termo de Referência, Anexo I e ainda:

- a) entregar o produto em conformidade com as especificações e cláusulas deste contrato;
- b) cumprir com os prazos de entrega previstos neste contrato;
- c) responsabilizar-se, integralmente, pela perfeita execução do objeto, nos termos da legislação vigente;
- d) submeter-se à fiscalização da **CONTRATANTE**, através do setor competente que acompanhará a entrega dos materiais, orientando, fiscalizando e intervindo, ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;
- e) cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e municipal, aqueles da **CONTRATANTE**;
- f) responsabilizar-se pelas penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes em função do descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente termo, devendo, se for o caso, obter licenças e providenciar o pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares;
- g) arcar com todos os ônus de transporte e frete necessários;
- h) observar obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

11.2. Constituem obrigações da Contratante:

11.2.1. Emitir a respectiva Ordem de Fornecimento;

11.2.2. Exercer a fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93, sendo que a presença destes não eximirá a responsabilidade da **CONTRATADA**;

11.2.3. Notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA** sobre irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;

11.2.4. Comunicar à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas de sua parte, sob pena de aplicação de sanções nos termos dos artigos 86/88 da Lei Federal nº 8.666/93;

11.2.5. Efetuar os pagamentos, de acordo com a forma e prazo neste Termo, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;

11.2.6. Comunicar à **CONTRATADA**, qualquer problema oriundo do fornecimento dos materiais.



**PARÁGRAFO ÚNICO** – A CONTRATANTE reserva-se o direito de aplicar sanções ou rescindir o Contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

**Cláusula Décima Segunda – DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS:**

12.1. A troca eventual de documentos entre a Contratante e a CONTRATADA, será realizada através de protocolo.

12.2. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

**Cláusula Décima Terceira – DA REVOGAÇÃO E DA ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO:**

13.1. A revogação do instrumento terá lugar de pleno direito, a critério da Contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77 e 78 da referida lei.

13.2. O instrumento não poderá ser alterado nem mesmo nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

**Cláusula Décima Quarta – DAS SANÇÕES E PENALIDADES:**

14.1. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino- MA pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.

14.2. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Município de Presidente Juscelino- MA e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.

14.3. No caso de inadimplemento, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

14.3.1. Advertência;

14.3.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do instrumento, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

14.3.3. Multa, moratória simples, de 0,4% (quatro décimos por cento), na hipótese de atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, calculada sobre o valor da fatura.

14.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 02 (dois) anos; e

14.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3.6. A aplicação da sanção prevista no item 14.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 14.3.2, 14.3.3 e 14.3.4, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em



14.3.6. A aplicação da sanção prevista no item 14.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 14.3.2, 14.3.3 e 14.3.4, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

14.4. As sanções previstas nos itens 14.3.1, 14.3.4 e 14.3.5, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 14.3.2 e 14.3.3, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

14.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 14.3, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências cabíveis.

14.6. A segunda adjudicatória, ocorrendo à hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

14.7. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino- MA.

**Cláusula Décima Quinta – DOS CASOS OMISSOS:**

15.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e dos princípios gerais de direito.

**Cláusula Décima Sexta – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

**Parágrafo Único.** Aplica-se ao presente contrato a Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

**Cláusula Décima Sétima – DO FORO:**

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Morros, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste Instrumento com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Instrumento, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Presidente Juscelino-(MA), 28 de maio de 2020.

  
José Magno dos Santos Teixeira  
Prefeito Municipal

  
W. SEREJO E MUNIZ VIDA  
WESLEY SEREJO MORENO  
CPF Nº. 003.567.843-71